



Questões das Provas da Magistratura referentes à matéria de Processo Penal

Prova de 4 de agosto de 2002

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, fez inserir no artigo 312 do Código de Processo Penal a garantia da ordem econômica como causa justificadora da prisão preventiva. Uma das seguintes ações é assim considerada:

- a) falsificar nota fiscal relativa a operação tributável.
- b) prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- c) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos em documento exigido pela lei fiscal.
- d) vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência.
- e) deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

Nos crimes cometidos através da imprensa, quando o autor do escrito estiver ausente do País:

- a) suspende-se o prazo prescricional.
- b) suspende-se o prazo decadencial.
- c) responsabiliza-se o diretor ou redator chefe do jornal ou periódico.
- d) extingue-se a punibilidade pela ausência do autor do escrito.
- e) Nenhuma das hipóteses anteriores.

3ª Questão : Assinale dentre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:



A revisão dos processos findos será admitida:

- a) quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei ou à evidência dos autos.
- b) quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.
- c) quando, da sentença condenatória pender embargos infringentes.
- d) quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.
- e) a qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

4ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Em sede de Código de Processo Penal Brasileiro, o incidente de insanidade mental do acusado terá o seguinte tratamento:

- a) o exame médico-legal somente poderá ser determinado na fase judicial.
- b) ao determinar o exame o juiz não fica obrigado à nomeação de curador ao acusado.
- c) o juiz ordenará o exame médico-legal atendendo somente a requerimento do Ministério Público, do defensor, do ascendente, descendente ou cônjuge do acusado.
- d) o incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo será apenso ao processo principal.
- e) o incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo será juntado ao processo principal.

5ª Questão: Assinale, dentre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:



No julgamento pelo Júri:

- a) Terminado o relatório, o juiz, o acusador, o assistente e advogado do réu e, por fim, os jurados que o quiserem, inquirirão sucessivamente as testemunhas de acusação.
- b) Ouvidas as testemunhas de acusação, o juiz, o advogado do réu, o acusador particular, o promotor, o assistente e os jurados que o quiserem, inquirirão sucessivamente as testemunhas de defesa.
- c) Terminado o relatório, o acusador, o assistente e o advogado do réu e, por fim, os jurados que o quiserem, inquirirão sucessivamente as testemunhas de acusação, de defesa e as referidas, por intermédio do juiz.
- d) Os depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa serão reduzidos a escrito, em resumo, assinado o termo pela testemunha, pelo juiz e pelas partes.
- e) Quando duas ou mais testemunhas divergirem sobre pontos essenciais da causa, proceder-se-á à acareação entre elas.

6ª Questão: Assinale, dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Argüída, por escrito, a falsificação de documento constante dos autos, o juiz observará o seguinte processo:

- a) ordenará a juntada da impugnação no processo principal, e em seguida ouvirá a parte contrária, que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, oferecerá resposta.
- b) ordenará a juntada da impugnação no processo principal, e em seguida ouvirá a parte contrária, que, no prazo de (três) dias, oferecerá resposta.
- c) assinará o prazo de 5 (cinco) dias, sucessivamente, a cada uma das partes, para prova de suas alegações.
- d) conclusos os autos, poderá ordenar as diligências que entender necessárias.
- e) se reconhecida a falsidade por decisão irrecurável, manterá o documento nos autos do processo principal e determinará a abertura de vista ao Ministério Público.



7ª Questão: Assinale, dentre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:

A nulidade ocorrerá, por falta das fórmulas ou dos termos processuais, dentre outros casos, os seguintes:

- a) a denúncia ou a queixa e a representação e, nos processos de contravenções penais, a portaria ou o auto de prisão em flagrante.
- b) a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação pública.
- c) a falta de nomeação de curador a réu menor de 21 (vinte e um) anos no interrogatório tomado em Juízo, ainda que não tenha confessado a prática do crime e tenha se apresentado àquele ato acompanhado de advogado legalmente constituído.
- d) a sentença de pronúncia, o libelo e a entrega da respectiva cópia, com o rol de testemunhas, nos processos perante o Tribunal do Júri.
- e) o recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.

8ª Questão: Assinale, dentre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:

- a) o juiz, ao proferir sentença condenatória mencionará as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal, e cuja existência reconhecer.
- b) a sentença poderá ser datilografada (digitada) e neste caso o juiz a rubricará em todas as folhas.
- c) o escrivão, dentro de 3 (três) dias após a publicação, e sob pena de suspensão de 5 (cinco) dias, dará conhecimento da sentença ao órgão do Ministério Público.
- d) a intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.
- e) a intimação da sentença será feita somente ao defensor dativo, não indicado pelo réu, quando este, ainda que possuidor de endereço e residência conhecidos, se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança.



GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08
D	C	C	D	C	D	C	E

Prova de 13 de outubro de 2002

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

O Juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

- a) Cumprida mais de um sexto da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- b) Cumprida metade da pena se o condenado for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- c) Desnecessária a comprovação de comportamento satisfatório durante a execução da pena e aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto.
- d) Desnecessária a reparação do dano causado pela infração, ainda que demonstrada efetiva possibilidade de fazê-lo.
- e) Cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

2ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Ao réu menor será nomeado curador:



- a) A nomeação de curador deve ser de pessoa lotada na própria Delegacia de Polícia, quando for caso de prisão em flagrante por crime de furto qualificado;
- b) A nomeação de curador deve recair preferencialmente na progenitora do indiciado, presente na prisão em flagrante por estupro, mesmo que seja pessoa inculta e analfabeta;
- c) A nomeação de curador deve recair em pessoa que tenha habilidade para garantir-lhe o exercício pleno de defesa, segundo a legislação processual penal, obrigatoriamente entre advogados habilitados;
- d) A nomeação de curador deve recair preferencialmente entre advogados habilitados para a defesa em processo criminal, garantindo o exercício pleno de defesa, a teor de dispositivo constitucional;
- e) A nomeação de curador pode recair na pessoa do Comissário de Menores lotado na mesma Delegacia de Polícia onde lavrado o Auto de Prisão em Flagrante, porque tem capacidade postulatória em favor do menor;

3ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Em inquérito policial remetido a Juízo:

- a) Pode o Magistrado *a quo* entendendo que o fato investigado não constitui crime, em nome da celeridade processual, determinar o arquivamento ex officio do Inquérito Policial ;
- b) Não pode o Magistrado *a quo* em nome da celeridade processual indeferir pedido de diligências para novas investigações requeridas pelo Ministério Público em crime de estelionato ;
- c) Pode o Magistrado *a quo* em nome da celeridade processual, indeferir pedido de baixa do inquérito para investigações requerido pelo Ministério Público, de outro crime cometido posteriormente pelo investigado ;
- d) Do despacho de arquivamento de inquérito policial, a requerimento do Ministério Público, cabe à parte recurso em sentido estrito;
- e) Pode o Magistrado *a quo* deferir pedido de diligências de novas provas requeridas



pela defesa do investigado, assim que o auto de inquérito policial chegar a juízo ;

4ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Em caso de Assistente de acusação:

- a) É possível o deferimento pelo Juiz de assistente de acusação ao credor do falido, como vítima em processo crime falimentar ;
- b) É possível ao Magistrado deferir pedido de assistente de acusação em nome do espólio credor em processo por crime cometido em concordata fraudulenta ;
- c) É possível ao Magistrado deferir pedido feito pelo ofendido para substituição daquele a quem havia outorgado procuração como assistente de acusação ;
- d) Não é possível ao Magistrado indeferir requerimento de admissão de assistente de acusação quando a procuração outorgada não contém poderes especiais;
- e) Do despacho que inadmitir pedido de assistente de acusação caberá recurso de apelação.

5ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

A prisão preventiva pressupõe:

- a) Na decretação da prisão preventiva deve o Magistrado, mais próximo dos fatos e seus envolvidos, encerrar um juízo de risco, não de certeza, sob pena de incorrer em evidente *contradictio in terminis*;
- b) Na decretação da prisão preventiva, por crime de roubo qualificado, o Magistrado dever se ater às razões expostas no requerimento feito pelo representante do Ministério Público ao oferecer a denúncia;
- c) O Magistrado deve manter o decreto de prisão processual, em nome da ordem pública, mesmo que tenham desaparecidas algumas das razões que fundamentaram a decisão;



- d) Réu absolvido pelo Tribunal do Júri, quando provido o recurso da acusação pública remetendo-o a novo julgamento, automaticamente restabelece-se a prisão preventiva anteriormente decretada;
- e) A prisão preventiva decretada para proteção da produção da prova testemunhal, mesmo que tenha sido encerrada esta, deve ser mantida para garantia da conveniência da instrução criminal;

6ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

A sentença criminal pode:

- a) Desde que sucintamente, conter as testes de defesa, os argumentos da desclassificação do crime, os fatos atribuídos pelo Ministério Público, mesmo que não contenha a identificação do réu;
- b) Na sua elaboração, que o Magistrado em nome da celeridade da prestação jurisdicional, reporte-se adotando o relatório do órgão acusatório, feito por ocasião das alegações finais;
- c) Ser mantida porque embora de forma sucinta, contenha o nome do réu e sua identificação, os fatos atribuídos na peça inaugural acusatória, as teses argüidas pela defesa, bem fundamentada a emendatio libelli, mas não contém o nome da vítima;
- d) Ser anulada porque como motivação da condenação de crime de roubo qualificado, adotou como fundamento as razões de sentença anteriormente anulada por inobservância do disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988;
- e) Ser mantida quando o Magistrado adota na fundamentação, exclusivamente a prova testemunhal emprestada de outro processo que foi anulada por inobservância do disposto no artigo 381, III, do Código de Processo Penal;

7ª Questão: – Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

No interrogatório do réu:



- a) No Tribunal do Júri, em julgamento por crime de homicídio triplamente qualificado, é facultado ao réu fazer referência, reportando-se aos termos do interrogatório judicial que lhe foi lido em plenário;
- b) É nulo o interrogatório do réu quando o Juiz não permite a participação do advogado presente ao ato;
- c) O interrogatório do comparsa inimputável isolado e retratado em juízo, porque influencia diretamente na decisão da causa, deve ser considerado pelo Juiz como fundamento da condenação imposta aos demais denunciados
- d) Maior de 18 anos e menor de 21 anos, ao Magistrado impõe a lei processual penal a nomeação de curador que deve recair em pessoa legalmente habilitada para suprir sua incapacidade relativa;
- e) O Magistrado pode nomear qualquer pessoa, seja o porteiro dos auditórios, seja um leigo analfabeto, como curador de menor de 21 anos e maior de 18 anos, desde que possa suprir a incapacidade relativa de denunciado;

8ª Questão: - Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Da competência.

- a) Crimes de igual gravidade praticados em comarcas diversas, mas próximas uma da outra, prevalece para processamento da ação penal dos denunciados, o local da primeira infração cometida pelo líder da quadrilha;
- b) Reunidos os processos instaurados contra o acusado, impõe a lei processual penal o reconhecimento da prevenção da Câmara que não conheceu o mandado de segurança que objetivava a reunião dos processos;
- c) É competente o Magistrado que conhece de pedido de Habeas Corpus, de indiciado por crime de atentado violento ao pudor, de forma continuada, denegando a ordem antes da distribuição formal do Auto de Prisão em Flagrante;
- d) Determina a competência quando a autoridade policial faz comunicação, por ofício,



de prisão em flagrante durante o plantão judiciário, nos termos do artigo 5º, LXII, da Constituição Federal de 1988, e o Magistrado não aprecia a legalidade do ato da autoridade que determinou a prisão;

e) O Magistrado, diante da possibilidade de cometimento de outro crime, determina a extração de cópias de peças do processo, para instauração de novo inquérito policial;

9ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

A sentença de pronúncia, nos crimes dolosos contra a vida tem:

a) Natureza de sentença meramente interlocutória, de juízo de admissibilidade, e quando transitada em julgado, torna coisa julgada, permitindo o recurso de revisão criminal;

b) Natureza de sentença declaratória, de juízo de mera admissibilidade, não gerando coisa julgada, e por isso, admitindo recurso de apelação;

c) Gerado a nulidade do processo, quando o Magistrado, na análise de duas qualificadoras, fundamenta exaustivamente a impossibilidade de exclusão, concluindo pela admissão de ambas as qualificadoras, remetendo a julgamento pelo Júri Popular;

d) Tem sido admitida, posto que, sentença de conteúdo intrínseco, revelando a configuração de juízo de admissibilidade da acusação (autoria e materialidade) remetendo o réu a julgamento pelo Tribunal do Júri;

e) Tem sido admitida, posto que, é sentença de conteúdo intrínseco, demonstrando a comprovação da acusação (autoria e materialidade), a admissibilidade das qualificadoras, remetendo a julgamento pelo Tribunal do Júri;

10ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Em julgamento pelo Tribunal do Júri:

a) O Magistrado pode indagar, porque prejudicial ao mérito, os quesitos relativos a legítima defesa antes de questionar os quesitos relativos à desclassificação do crime;



- b) O Magistrado não pode, porque prejudicial ao mérito, indagar quesitos relativos a legítima defesa, antes dos quesitos relativos à desclassificação do crime;
- c) Não gera nulidade do julgamento, se o Magistrado submete a votação, matéria essencialmente de direito sobre a culpa, quando já questionado o Conselho de Sentença sobre a incidência de atenuantes genéricas;
- d) O Magistrado pode indagar do Conselho de sentença, quesito desdobrado sobre a culpa, quando já indagado sobre excesso doloso, admitido em votação por 6x2;
- e) Quando a tese de defesa debatida em plenário é o homicídio culposo, o Magistrado deve indagar ao Conselho de Sentença apenas os quesitos defensivos relativos a culpa em suas três modalidades, sob pena de nulidade do julgamento;

11ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Em sede de Habeas Corpus:

- a) É possível a discussão pretendendo a restituição de dinheiro e outros valores declarados perdidos em favor da União, por condenação em crime da Lei nº 6368/76;
- b) Em nome do princípio constitucional de livre locomoção, cabe discutir a obtenção de salvo conduto para desconstituir mandado de prisão exarado de decreto judicial de prisão preventiva em crime de homicídio duplamente qualificado;
- c) É possível denegar a ordem, sem ofensa ao princípio constitucional de livre locomoção, que visava sustar o cumprimento de mandado de prisão exarado de decreto de prisão preventiva em processo por crime de estupro na sua forma simples;
- d) Que é instrumento de dignidade constitucional de livre locomoção, é possível a pretensão de extensão aos co-denunciados de prisão preventiva decretada contra um dos denunciados em crime de roubo qualificado cometido em idênticas circunstâncias;
- e) Cabe a concessão da ordem para suspender o cumprimento de exoneração aplicada a funcionário público em procedimento administrativo que não observou o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

12ª Questão: Sobre o inquérito civil, como procedimento administrativo pré-processual



de caráter investigatório, aponte a alternativa **INCORRETA**:

- a) Está submetido ao princípio da ampla defesa, porque se trata de processo administrativo destinado a aplicação de pena ou sanção, não se destinando à apuração de fatos para embasar futura e eventual ação judicial.
- b) Cuida-se de instrumento conferido com exclusividade ao Ministério Público, destinado à colheita de elementos prévios e indispensáveis ao exercício responsável da ação judicial a seu cargo.
- c) Embora sejam vários os co-legitimados para o ajuizamento da ação civil pública, somente o Ministério Público pode instaurá-lo.
- d) O pressuposto para sua instauração é a existência de fato determinado, do qual decorra ou possa decorrer lesão a interesses ou direitos velados pelo Ministério Público.
- e) Tratando-se de procedimento administrativo investigatório, marcadamente informal, nele são praticados atos que, se maculados por desvio de poder ou de finalidade, poderão ferir direito de terceiros, ensejando a impetração de remédios jurisdicionais corretivos, tais como o habeas corpus e o mandado de segurança.

13ª Questão: A ação civil pública poderá ser proposta por quais legitimados? Aponte, a alternativa **INCORRETA**:

- a) União, Estados e Município;
- b) Autarquias e empresas públicas;
- c) Ministério Público com exclusividade;
- d) Fundações e sociedades de economia mista;
- e) Associações constituídas há pelo menos um ano, incluindo dentre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------



E	D	C	C	A	C	A
08	09	10	11	12	13	
C	C	B	C	A	C	

Prova de 16 de março de 2003

1ª Questão: Considerando que em matéria de recursos vige o princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*, assinale a resposta **correta**:

- a) Em recurso de apelação do Ministério Público que objetiva a aplicação de pena mais grave, pode o Tribunal por sua Câmara Criminal, absolver o réu, mantendo a condenação do co-réu não apelante?
- b) Pode o Tribunal conhecer de recurso de apelação interposto ao réu, a quem o Juiz na sentença negou os benefícios do artigo 594, do C. P. Penal?
- c) Em caso de condenação, o Defensor Dativo nomeado para o réu que não tem condições econômicas de arcar com as despesas de defesa, esta obrigado a interpor recurso de apelação?
- d) Dentro do princípio da retratação, pode o Ministério Público desistir do recurso de apelação interposto?
- e) Em recurso de decisão de crime da competência do Tribunal do Júri, anulada pela 2ª instância (art. 593, III, “d”, CPP), pode o Corpo de Jurados, em novo julgamento, proferir decisão mais gravosa ao réu?

2ª Questão: Policiais “de campana” em frente a casa de conhecido traficante, flagram usuário que recém havia adquirido duas petecas de cocaína. Convencendo o adquirente, este retorna para nova aquisição, acompanhado de um dos policiais, quando é anunciada a prisão em flagrante do traficante. Qual tipo de prisão em flagrante poderíamos enquadrar o traficante?



- a) Flagrante próprio
- b) Flagrante esperado
- c) Flagrante compulsório
- d) Flagrante impróprio
- e) Flagrante forjado

3ª Questão: O Mandado de Segurança é ação de natureza civil, de rito sumaríssimo e fundamento constitucional, destinada a proteger direito líquido e certo do cidadão. Assinale a possibilidade correta de uso do *writ* na ação penal.

- a) Para obstar o processamento de correição parcial, quando admitida pelo Juiz corrigido.
- b) Para devolução de bem móvel apreendido por força de inadimplência de contrato de financiamento por agente particular.
- c) Contra decisão do Magistrado sentenciante que negou o direito à progressão de regime de réu condenado com decisão transitada em julgado.
- d) Contra decisão de Magistrado que em ação penal pública inadmitiu o Assistente de Acusação.
- e) Para atribuir efeito suspensivo a recurso de embargos de declaração interposto de decisão que anulou julgamento do Tribunal do Júri, por decisão manifestamente contrária a prova dos autos.

4ª Questão: Os crimes contra a honra, via de regra, são de ação penal privada, admitindo a exceção da verdade, nos casos de:

- a) Crime de calúnia praticada contra o Presidente da República.
- b) Nos crimes de difamação contra colunista, editor chefe de jornal de grande circulação, atribuindo conduta desonrosa por um relacionamento extra conjugal.
- c) Crime de calúnia contra cidadão comum, praticado pela imprensa, quando o ofendido assim o permitir.



- d) A ofensa imputada for de ação penal pública, e o autor do fato imputado tenha sido absolvido por sentença irrecurável.
- e) Crime de injúria cometido por Vereador, devendo a *exceptio veritatis* ser julgada pelo Tribunal de Justiça Estadual, por força de foro privilegiado previsto no Decreto-Lei 201/67.

5ª Questão: Nos julgamentos pelo Tribunal do Júri, uma vez instalada a sessão e iniciados os debates, é permitido ao advogado de defesa, ou à acusação pública:

- a) que procedam a inquirição ou a indagações às testemunhas de plenário, somente com a intermediação do Juiz, em obediência ao sistema presidencialista de inquirição no processo penal.
- b) requererem e terem deferida a dispensa de testemunha que seria inquirida em plenário, independente da manifestação de interesse de ouvida da mesma, por qualquer jurado.
- c) requererem e terem deferido pedido de suspensão da sessão de julgamento e dissolução do Conselho de Sentença, pela ausência de testemunha de defesa residente fora da comarca.
- d) na sessão de julgamento do tribunal do Júri, o advogado de defesa atestar fatos como testemunha pessoal do caso, mesmo que venha a causar surpresa à acusação.
- e) proceder ao aditamento do libelo crime acusatório, de crime de homicídio tentado, se após a pronúncia, a vítima vem a óbito em decorrência dos ferimentos recebidos.

6ª Questão: Nos termos do artigo 268, do Código de Processo Penal, é admissível a intervenção do ofendido como Assistente do Ministério Público.

- a) Poder Público, nos casos de crimes de peculato, pode habilitar-se como Assistente de Acusação, na defesa de seus direitos.
- b) Nos crimes de ação pública é admissível a intervenção do Assistente de Acusação no pedido de *Habeas Corpus* em favor do denunciado.



- c) Assistente de Acusação pode intervir, como auxiliar da acusação, nos processos de competência do Tribunal do Júri até o momento de sorteio dos Jurados.
- d) É inadmissível nos crimes de competência do Tribunal do Júri, recurso de sentença de absolvição sumária interposto pelo Assistente de Acusação.
- e) Admite-se recurso de decisão desclassificatória de crime de competência do Tribunal do Júri para crime de competência de Juiz singular, ante a inércia recursal do Ministério Público.

7ª Questão: Contra despacho judicial denegatório de mudança de regime prisional, qual(is) recurso(s) cabível(veis):

- a) Recurso em sentido estrito.
- b) Recurso em sentido estrito ou Agravo.
- c) Agravo, sem efeito suspensivo.
- d) Agravo com efeito suspensivo.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07
E	B	D	C	E	E	C

Prova de 27 de abril de 2003

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Como poderíamos classificar a sentença de pronúncia, que é um juízo de mera admissibilidade, nos processos de competência do Tribunal do Júri?

- a) Sentença de natureza interlocutória simples.



- b) Sentença de natureza suicida, como classificam alguns autores.
- c) Sentença terminativa de natureza interlocutória mista.
- d) Sentença terminativa de natureza subjetivamente plúrimas.
- e) Sentença de natureza interlocutória mista não terminativas.

2ª Questão: Nos crimes de ação pública condicionada à representação, o Ministério Público só pode a ela dar início, mediante a representação da vítima ou seu representante legal. Assinale o crime que **não** exige representação.

- a) Crime contra a honra de funcionário público, em razão de sua função (art. 141, II c/c o art. 145, parágrafo único do CP).
- b) Crime de perigo de contágio de doença venérea (art. 130, do C. P.).
- c) Crime de tomar refeição em restaurante, ou alojar-se em hotel sem ter recursos para o pagamento (art. 176, parágrafo único do C. P.).
- d) Crime de corrupção de preposto e violação de segredo de fábrica ou negócio (art. 196, § 1º, X a XII c/c o art. 2º, do C. P.).
- e) Crime de peculato praticado por funcionário público *propter officium* que usou veículo oficial em viagem a Aparecida do Norte, para pagar promessa.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Se o Tribunal de Justiça, no julgamento de apelação interposta pela acusação, diminuir a pena aplicada a pessoa condenada, haverá o que a doutrina e a jurisprudência denominam de:

- a) Reformatio in pejus.
- b) Reformatio in pejus indireta.
- c) Reformatio in pejus direta.
- d) Reformatio in melius.
- e) Reformatio in melius indireta.



4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Segundo disposição expressa da Lei n.º 9.296/96, que regula a interceptação de ligações telefônicas, o Juiz:

- a) poderá autorizar a interceptação de comunicações telefônicas quando a infração penal for punida com reclusão e detenção.
- b) poderá autorizar a interceptação de fluxo de comunicação em sistema de telemática.
- c) não poderá, de ofício, determinar a interceptação telefônica.
- d) não poderá autorizar a prorrogação da interceptação após encerrado o prazo máximo de 15 dias, por se tratar de prazo peremptório.
- e) está proibido de admitir, como prova, gravação clandestina e gravação ambiental, de conversa em reunião reservada.

5ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Das afirmações abaixo a que corresponde a súmula do Supremo Tribunal Federal sobre nulidades do processo criminal é:

- a) O réu não poderá alegar os defeitos da denúncia depois de exarada a sentença condenatória.
- b) É absoluta a nulidade do processo por falta de intimação do acusado da expedição de carta precatória para ouvida de testemunha de defesa.
- c) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida no recurso de apelação interposto pela acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.
- d) No processo penal, a falta de defesa só causará nulidade se houver prova de prejuízo para o réu.
- e) A nulidade não pode ser argüida por quem a ela deu causa.

6ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, compete à justiça federal, e não a



justiça estadual, julgar processo por:

- a) Crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído a empresa particular.
- b) Crime de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.
- c) Procedimento criminal em que indígena figure como réu ou na qualidade de vítima.
- d) Contravenção penal em detrimento de bens, serviços ou interesses da união ou de suas entidades.
- e) Crime praticado por prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal.

7ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

O ordenamento jurídico brasileiro, em matéria de prova, no processo penal:

- a) adota, para avaliação da prova, como regra, o sistema do livre convencimento motivado, mas, em relação ao júri, admite julgamento por convicção íntima.
- b) não opõe restrição à produção de qualquer tipo de prova, em virtude de acolher o princípio da verdade real.
- c) atribui ao acusado o ônus de provar sua inocência, sob pena de, em não fazendo dentro do processo, ter sua condenação reconhecida.
- d) considera nulo o processo se faltar o exame de corpo de delito, não admitindo o suprimento por prova testemunhal.
- e) permite, como regra, à acusação e à defesa fazerem reperguntas diretas ao réu no interrogatório.

8ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A Lei de Tortura (Lei n.º 9.455/97), considerado crime hediondo, o condenado a pena de detenção:



- a) deverá cumpri-la integralmente em regime fechado.
- b) não terá direito ao livramento condicional.
- c) deverá cumpri-la inicialmente em regime fechado.
- d) não terá direito ao sistema progressivo de cumprimento da pena.
- e) poderá cumpri-la desde o início em regime aberto.

9ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Em face dos princípios e das regras constitucionais de natureza processual penal:

- a) a autoridade policial não pode expedir mandado de busca e apreensão domiciliar, sendo exigido pela Constituição Federal mandado judicial.
- b) o legislador não pode aumentar a competência do Júri além dos crimes dolosos contra a vida, pois a Constituição limitou-a a estes crimes.
- c) o Juiz não pode admitir no processo prova derivada de prova ilícita, sendo acolhida na Constituição a teoria dos frutos da árvore proibida.
- d) o ofendido não pode acusar em crime de ação pública, ainda que subsidiariamente, pois a Constituição consagrou o monopólio do Ministério Público em relação a essa espécie de ação.
- e) a pessoa presa pode ficar incomunicável em crimes de terrorismo, pois a Constituição Federal expressamente, ressalva essa possibilidade no tocante a este crime.

10ª Questão: Em relação aos procedimentos do Código de Processo Penal e de leis extravagantes, é **correto** afirmar:

- a) Distinguem-se o procedimento ordinário dos crimes de reclusão e o sumário dos crimes de detenção somente pela diversidade de prazos, sendo idêntica a seqüência dos atos processuais.
- b) No procedimento dos crimes falimentares, é prevista a instauração de inquérito policial, durante o qual não deve ser observado o contraditório, como em outros



inquéritos.

- c) A falta de oportunidade de defesa antes do recebimento da representação nos procedimentos dos crimes de responsabilidade dos funcionários público, segundo orientação sumulada do Supremo Tribunal Federal, causa nulidade absoluta.
- d) A exceção da verdade, no procedimento dos crimes contra a honra, quando prevista, constitui defesa obrigatória do acusado, sob pena de nulidade.
- e) No procedimento do Júri, a presença do acusado para o julgamento em plenário é imprescindível, exceto nos crimes afiançáveis onde o julgamento pode ser feito à revelia do réu.

11ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

O recurso em sentido estrito pretende o reexame de uma decisão judicial:

- a) Cabe da sentença que rejeitar a denúncia ou queixa, a qual deverá ser fundamentada com relação ao fato, a autoria e a materialidade do crime.
- b) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia, porque implica escolha judicial entre a aceitação e a recusa da acusação.
- c) Cabe o recurso ao Ministério Público quando o juiz receber a denúncia, mas proceder a correção da capitulação dada ao crime atribuído ao réu.
- d) Nos crimes da Lei de Imprensa (Lei n.º 5250/67) cabe recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou queixa, e recurso de apelação quando rejeitada.
- e) Nos casos de crimes de menor potencial ofensivo dos juizados especiais criminais cabe recurso em sentido estrito da decisão que rejeita a denúncia, ao invés do recurso de apelação.

12ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Se o Juiz julgar procedente pedido de restituição de coisa apreendida, apesar da discordância do Ministério Público, este:



- a) poderá recorrer, porque a decisão de restituição é exclusiva do Ministério Público, diante do princípio do *dominus litis*, da ação penal.
- b) poderá impetrar mandado de segurança, porque foi ofendido direito líquido e certo do Ministério Público em manter prova no processo.
- c) poderá interpor apelação, porque, segundo a doutrina, a decisão proferida é definitiva ou tem força de definitiva.
- d) poderá interpor recurso em sentido estrito, porque há previsão expressa no Código de Processo Penal desse recurso para atacar a decisão proferida.
- e) poderá, em vez de recorrer, determinar à autoridade policial que realize nova busca e apreensão do bem.

GABARITO

01	02	03	04	05	06
E	E	A	B	C	E
07	08	09	10	11	12
A	E	D	E	D	C

Prova de 9 de novembro de 2003

1ª Questão: Três agentes estão mantendo uma pessoa seqüestrada. O seqüestro já dura mais de quatro meses:

- I. Havendo mudança de lei penal para outra mais gravosa durante a execução do delito incide a norma mais grave.
- II. Havendo mudança da lei penal para outra menos gravosa durante a execução do delito incide a norma mais grave, que foi aquela violada no início da ação.
- III. A prescrição corre do início da ação delitiva.
- IV. É possível a prisão em flagrante em qualquer momento da ação.



V. Se uma quarta pessoa adere ao grupo de seqüestradores depois que a vítima já está subjugada e no cárcere responde também pelo crime consumado.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- a) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- e) Somente as proposições III e V estão incorretas.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Das testemunhas não encontradas, a defesa poderá requerer a substituição no prazo de 15 (quinze) dias, e aquelas referidas poderão ser arroladas em 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento pelo Juiz.
- b) A falta de concessão de prazo para o defensor constituído no ato de interrogatório do réu apresentar defesa prévia é causa de nulidade do processo, por ofensa ao princípio da ampla defesa.
- c) A falta de apresentação de defesa prévia pelo defensor constituído logo após o interrogatório do réu, é causa de nulidade absoluta do processo.
- d) O prazo para requerimento de realização de prova técnica, na fase de diligências (art. 499, do C.P.P.) é de 5 (cinco) dias, prorrogáveis a critério do Juiz.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

Das medidas cautelares no processo penal:

- a) Havendo possibilidade de reparação de dano por ato ilícito, o Ministério Público, na fase preambular da ação penal, pode decretar o seqüestro de bens imóveis do réu como



garantia.

- b) Mesmo que em poder do depositário, por força de busca e apreensão, necessária a decretação do arresto pelo Juiz de bens de origem ilícita como garantia de indenização.
- c) É desnecessária a instauração de ação penal para a inscrição de hipoteca legal sobre bens do autor de crime, visando futura indenização
- d) Da decisão que determina a inscrição da hipoteca legal, de bens garantidores da reparação de dano resultante de crime, cabe recurso em sentido estrito pelo terceiro possuidor de boa fé.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

O processo penal admite diversas exceções:

- a) As chamadas exceções peremptórias são relativas a incompetência do Juízo ou do Juiz para presidir o processo na Vara originária.
- b) No caso de um processo da competência do Tribunal do Júri, o Assistente de Acusação pode argüir a suspeição do Magistrado, por interesse direto na causa.
- c) A esposa do réu que responde a processo por crime de estelionato não pode argüir a suspeição do representante do Ministério Público que funciona no processo.
- d) Se a exceção de litispendência for afirmada pelo Juiz *ex officio*, o recurso será de apelação, e não em sentido estrito.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

5ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A ação penal busca a verdade real por meio de provas:

- a) Na ação penal exclusivamente privada, o Juiz pode determinar a inquirição de testemunha não arrolada pelas partes, na qualidade de informante do Juízo.
- b) Ministério Público pode requerer a substituição de testemunhas da denúncia, por outra apresentada pelo Assistente de Acusação, no plenário do Júri.



- c) Juiz pode embasar um decreto condenatório em prova testemunhal produzida em procedimento administrativo investigatório, chamada de prova emprestada.
- d) Mesmo que não demonstrado prejuízo às partes, é nulo o processo em razão da inversão da ordem dos depoimentos colhidos (art. 563, do C.P.P.).
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

6ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

No plenário do Tribunal do Juri, o representante do Ministério Público pode:

- a) Apresentar um libelo individual com todas as características para cada crime cometido pelo mesmo réu.
- b) Incluir na réplica a qualificadora do motivo fútil, circunstância evidenciada durante os debates em plenário, quando esclarecidos os fatos.
- c) Apresentar durante os debates requerimento ao Juiz para inclusão de circunstâncias agravantes da pena não articuladas no libelo crime acusatório.
- d) Apresentar o que chamamos de libelo bifronte, ou seja, uma parte endereçada aos jurados com matéria referente ao crime, e outro ao Juiz relativo a individualização da pena.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

7ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

A revisão criminal:

- a) Não pode ser requerida pelo próprio condenado, devendo ser por procurador devidamente habilitado (art. 133, da CF/88).
- b) É o recurso próprio para o condenado requerer a aplicação de lei posterior (*abolitio criminis*) que não mais considera o fato com o crime.
- c) Cabe da sentença ou acórdão que tenha natureza declamatória ou constitutiva, porque não possuem característica de imutabilidade perene.
- d) Ministério Público, titular do *dominus litis* da ação penal, não pode requerer a revisão



criminal de sentença condenatória que acolheu parcialmente a acusação.

e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07
A	B	C	D	A	C	D

Prova de 15 de fevereiro de 2004

1ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A exigência da prisão provisória para apelar não ofende a garantia constitucional da presunção da inocência.
- b) A sentença concessiva do perdão judicial declara a extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- c) Pronunciado o réu, não fica superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.
- d) Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.
- e) A entrega do libelo crime acusatório pessoalmente ao réu é obrigatória e deverá se dar mediante recibo.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais.
- b) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada.
- c) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato de competência da Justiça Federal.



- d) Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo à estabelecimento particular de ensino.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

3ª Questão: Sobre a decisão de pronúncia, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Trata-se de juízo de mera admissibilidade, bastando indícios da autoria e materialidade.
- b) Desafia recurso em sentido estrito.
- c) Em se tratando de crime hediondo ou equiparado, sempre redundará na prisão do réu.
- d) Não pode incluir causas de diminuição especial de pena.
- e) Juiz não fica adstrito à classificação do crime feita na denúncia.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Caso o Tribunal do Júri desclassifique o crime, a pronúncia deixa de ser causa interruptiva da prescrição.
- b) O sistema de “Protocolo Unificado ou Integrado” aplica-se aos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) Fluído o prazo assinado para cumprimento de carta precatória, o feito não pode seguir em seus ulteriores termos, já que a simples expedição suspende a instrução criminal.
- d) A acareação não é admitida entre o réu e a vítima, ainda que requerida pela defesa.
- e) No concurso entre a competência do Júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a primeira.

5ª Questão: Sobre o *habeas corpus*, é **verdadeira** afirmação:

- a) Tem prazo decadencial idêntico ao mandado de segurança.
- b) Não pode ser impetrado por bacharel em Direito sem inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.



- c) Para sua impetração requer prévio recolhimento da taxa judiciária.
- d) Requer prova pré-constituída e não cabe se for relativo a processo em curso ou infração penal que a pena pecuniária seja a única cominada.
- e) A decisão que o concede desafia apelação.

6ª Questão: É **INCORRETO** sustentar:

- a) Viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal, a atração por continência do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- b) Em se tratando de feito sujeito ao crivo do Tribunal do Júri, as nulidades ocorridas posteriormente à pronúncia deverão ser argüidas logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes.
- c) Da sentença condenatória, ainda que conte com defensor constituído e a pena irrogada seja a de multa, o réu deverá ser intimado pessoalmente.
- d) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestado sem assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.
- e) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

7ª Questão: O termo de apelação, recurso em sentido estrito, apresentação de razões de apelação e embargos de declaração, respectivamente, têm os seguintes prazos:

- a) 15 (quinze) dias, 10 (dez) dias, 15 (quinze) dias e 2 (dois) dias;
- b) 15 (quinze) dias, 5 (cinco) dias, 8 (oito) dias e 5 (cinco) dias;
- c) 5 (cinco) dias, 5 (cinco) dias, 8 (oito) dias e 2 (dois) dias;
- d) 5 (cinco) dias, 10 (dez) dias, 15 (quinze) dias e 5 (cinco) dias;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.



8ª Questão: Sobre o desaforamento, não se pode afirmar:

- a) É nula a decisão que o determina sem audiência da defesa.
- b) É incabível em ações penais afetas ao juiz singular.
- c) Pode decorrer de interesse da ordem pública.
- d) Pode advir de dúvida sobre a imparcialidade do júri ou da segurança pessoal do réu.
- e) A manutenção da ordem econômica pode albergá-lo.

9ª Questão: Não é cabível a prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado no seguinte crime:

- a) Homicídio doloso qualificado.
- b) Cárcere privado na forma qualificada.
- c) Epidemia com resultado de morte.
- d) Maus-tratos seguidos de morte.
- e) Atentado violento ao pudor seguido de morte.

10ª Questão: É admitida a revisão criminal:

- a) Quando a sentença condenatória não contrariar texto expresso da lei penal.
- b) Na hipótese da sentença condenatória não afrontar a evidência dos autos.
- c) Quando a sentença condenatória fundar-se em depoimentos comprovadamente falsos.
- d) Caso o réu alegue que tenha mentido no interrogatório por ter sido torturado.
- e) Sem o trânsito em julgado da sentença condenatória.

11ª Questão: No âmbito do Juizado Especial Criminal é INCORRETO afirmar:

- a) Os embargos de declaração deverão ser interpostos no prazo de 3 (três) dias.



- b) Os erros materiais da sentença podem ser corrigidos de ofício.
- c) A representação nos delitos de ação penal pública condicionada não requer forma sacramental.
- d) A composição de danos civis tem eficácia de título executivo.
- e) Da rejeição da denúncia cabe apelação.

12ª Questão: São todos delitos de competência do Juizado Especial Criminal:

- a) Bigamia; simulação de casamento e adultério.
- b) Registro de nascimento inexistente; sonegação de estado de filiação e abandono material.
- c) Furto simples; dano qualificado e abandono intelectual.
- d) Lesões corporais graves; subtração de incapazes e extorsão indireta.
- e) Alteração de limites; comunicação falsa de crime e violação de domicílio.

13ª Questão: Da decisão que indefere o livramento condicional é **correto** afirmar:

- a) O recurso cabível é a apelação.
- b) O inconformismo a ser manejado é o agravo com prazo de interposição de 8 (oito) dias.
- c) Cabe embargos infringentes.
- d) A matéria deverá ser agitada como preliminar em sede de *habeas data*.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07
C	D	C	E	D	A	C
08	09	10	11	12	13	
E	D	C	A	E	E	



Prova de 2006

1ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) A denúncia, nos crimes de ação pública, se vier desacompanhada de Inquérito ou Auto de Flagrante, não deverá ser recebida, pois um ou outro é peça tida por imprescindível ao seu oferecimento.
- b) O juiz interporá, de ofício, recurso em sentido estrito da sua decisão que conceder *habeas corpus* ou que absolver o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou o isente de pena.
- c) A nulidade da citação, se ocorrente, será sempre declarada a pedido do réu que compareça com o fim único de argüí-la quando o faz antes de consumar-se o ato para o qual chamado.
- d) No crime de tráfico ilícito de entorpecentes ocorre caso típico de flagrante preparado e, portanto, nulo, quando a prisão do traficante é efetuada no momento em que fornece ele droga a policial à paisana que se apresenta como usuário.
- e) Ao proferir sentença condenatória de réu que respondeu preso ao processo, o juiz, se lhe conceder o direito de apelar em liberdade, deverá justificar os motivos por que o faz.

2ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) A prisão preventiva e a prisão temporária poderão ser decretadas em qualquer fase do processo, até antes da sentença final.
- b) Sem prova segura da existência do crime a prisão preventiva não poderá ser decretada.
- c) A prisão preventiva, em se tratando de crime culposos, só pode ser decretada se se apurar que o réu seja vadio.
- d) Terminado o prazo da prisão temporária a autoridade policial, sob pena de cometer abuso de autoridade, deve solicitar ao Juiz a expedição de alvará de soltura.
- e) Tendo caráter de medida excepcional, a prisão preventiva não poderá se decretada se



inexistir prova segura da autoria.

3ª Questão: Assinale a alternativa correta.

João foi condenado por crime de receptação qualificada e por infração ao artigo 1º, inciso I, da Lei n. 8.137/90, com penas acumuladas pelas regras do artigo 69 do Código Penal. Aforou recurso de Apelação inconformado com a condenação apenas pelo crime de receptação qualificada e, com tal limitação, foi apreciado o recurso. Transitado em julgado, impetrou habeas corpus para cassar da condenação a pena referente ao art. 1º, inciso I, da Lei 8.137/90, por falta de prova da materialidade e por excesso não fundamentado do Magistrado ao aplicar a pena do crime de receptação.

- a) Tribunal de Justiça conhece do pedido, aprecia a matéria agitada e corrige a pena aplicada a ambos os crimes pelo Juízo monocrático por falta de fundamentação.
- b) Tribunal de Justiça pode conhecer do pedido apenas quanto ao crime do art. 1º, inciso I, da Lei. 8.137/90, apreciando a matéria de Direito e de fato agitada no *writ*.
- c) Tribunal de Justiça não conhece do pedido, porque ao apreciar o recurso, tornou-se a autoridade coatora, remetendo o pedido para a instância superior.
- d) Tribunal de Justiça conhece do pedido, determina o trancamento da ação penal quanto ao crime do art. 1º, inciso I, da Lei. 8.137/90, e absolve por falta de provas, quanto ao crime de receptação.
- e) Tribunal de Justiça não conhece do pedido por já ter sido apreciado o recurso em toda sua amplitude, sendo cabível apenas a revisão criminal.

4ª Questão: Assinale a alternativa correta.

A Constituição Federal garante o direito a privacidade e os meios de comunicação, nela incluídas as conversas telefônicas, com exceção das possibilidades previstas na Lei n. 9296/96, desde que, previamente autorizada pela autoridade judiciária, mediante o devido processo.



- a) A lei não admite como prova a gravação de conversa entre meliantes e agentes policiais na qual terceiros são apontados como partícipes de crime de quadrilha organizada previsto no artigo 288, parágrafo único do Código Penal.
- b) A lei não admite como prova, a gravação de diálogos ocorridos em local público, quando ofende a proibição contida no art. 5º, XII, da Constituição Federal de 1988.
- c) A lei só admite a autorização de escuta telefônica para investigação policial, desde que já instaurado o devido inquérito policial, com a prova prévia da materialidade do ilícito.
- d) A lei admite o procedimento de escuta telefônica para investigar possível agente que seja o autor dos crimes de injúria e ameaça que inquieta a vítima.
- e) A lei só admite o procedimento de escuta telefônica nos casos de investigação policial, ou para instrução processual penal, mesmo que ainda não instaurado o inquérito policial.

5ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) Havendo urgência, a ordem de prisão preventiva pode ser passada, por telefone, pelo Juiz competente, à autoridade policial.
- b) Da decisão que indefere pedido de prisão preventiva não cabe recurso algum.
- c) Nos crimes punidos com detenção a prisão preventiva só pode se decretada se o réu for reincidente.
- d) Contra a decisão que decreta a prisão preventiva cabe Recurso em Sentido Estrito.
- e) O Recurso em Sentido Estrito é oponível à decisão que revoga a prisão preventiva.



6ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) A apresentação espontânea do acusado à autoridade competente não impedirá a sua prisão preventiva.
- b) Do despacho do Juiz que não acolhe a representação da autoridade policial pela prisão preventiva, é cabível o Recurso em Sentido Estrito, no prazo de cinco (5) dias.
- c) A sentença absolutória de 1º Grau, estando o réu preso, preventivamente, não implica na sua soltura antes de esgotado o prazo recursal para a acusação.
- d) Tendo a prisão preventiva a finalidade de assegurar o regular andamento da instrução criminal, vencido o prazo de oitenta e um (81) dias para o seu encerramento, a manutenção da custódia, a partir daí, constitui constrangimento ilegal, sanável por *Habeas Corpus*.
- e) Tendo o Juiz que fundamentar, obrigatoriamente, a prisão preventiva com base nos elementos concretos e objetivos encontrados nos autos, não satisfaz a exigência a referência ao requerimento prisional motivado do Ministério Público.

7ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os prazos preclusivos não são aplicáveis às nulidades relativas.
- b) Do silêncio do réu no ato processual do interrogatório não poderão advir quaisquer prejuízos.
- c) Caso o réu, intimado para o interrogatório por meio de edital, não comparecer ao ato nem constituir defensor, o processo será suspenso, suspendendo-se também o prazo prescricional, sem prejuízo da realização das medidas urgentes.
- d) No processo penal permite-se ao juiz, *ex officio*, declinar da incompetência relativa.



e) No tocante às leis processuais penais no tempo, pode-se afirmar que se aplicam de imediato, desde a sua vigência, respeitando-se a validade dos atos realizados sob a égide da legislação anterior.

8ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) O interrogatório do réu, diante do não comparecimento do autor da ação penal, não poderá
se realizar sem a participação da acusação.
- b) Tratando-se de normas de conteúdo misto, deve-se seguir e aplicar o conteúdo normativo
das normas de processo penal.
- c) Os crimes cujo julgamento sejam de competência do Tribunal do Júri, via de regra, prevêem
penas privativas de liberdade de reclusão. Entretanto, há alguns crimes afetos à
competência desse Órgão, cujas penas privativas de liberdade são de detenção.
- d) O interrogatório, por ser meio de defesa e de prova, impõe ao acusado sua efetiva
participação e comparecimento ao referido ato processual.
- e) Nos procedimentos do tribunal do júri, embora vigente a regra da íntima convicção, os
jurados têm o dever constitucional de motivar as suas decisões, porquanto o art. 93, IX,
da
Carta Magna estabelece que “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão
públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o
interesse público o exigir, limitar a presença em determinados atos, às próprias partes e
a
seus advogados, ou somente a estes”.

9ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:



- a) Aplicam-se as regras da Lei de Execução Penal ao militar, condenado pela Justiça Castrense, ainda que recolhido a estabelecimento prisional militar.
- b) A Casa do Albergado, um dos estabelecimentos penais previstos na Lei n. 7.210/84, destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.
- c) Transitada em julgado a sentença penal condenatória, na qual aplicada pena privativa de liberdade, sem que o juiz prolator tenha se manifestado a respeito da suspensão condicional da pena, poderá o condenado requerer o benefício ao juiz da execução que, por sua vez, poderá concedê-la desde que preenchidos os requisitos legais.
- d) Ficará sujeito ao regime disciplinar diferenciado o condenado ou preso provisório quando existentes contra ele fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
- e) O art. 197 da LEP (Lei de Execução Penal) prevê o recurso de agravo sem especificar o rito processual que deverá ser adotado.

10ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) Só têm direito à remição os condenados que estejam cumprindo a pena em regime aberto.
- b) Não faz jus à remição o condenado que cumpre a pena em regime aberto, por realização de trabalho externo.
- c) Não têm direito à remição os condenados que estejam cumprindo a pena em regime fechado.



- d) À remição têm direito apenas os condenados que estejam cumprindo a pena em regime fechado e semi-aberto.
- e) Somente os condenados que estejam cumprindo a pena em regime aberto e semi-aberto têm direito à remição.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	B	B	E	E	A	A/C	C	A	D/B

Prova de 2007

1ª Questão: Sobre o Tribunal do Júri, é incorreto afirmar:

- I. O corpo de jurados é composto por sete pessoas, enquanto o conselho de sentença é integrado por vinte e uma. Ocorre o denominado “estouro de urna”, previsto no §1º do artigo 459 do Código de Processo Penal, se faltarem jurados para a formação do conselho de sentença, resultante das recusas ou das suspeições.
- II. O excesso de linguagem ou a “eloquência acusatória” da pronúncia, como também é chamado, acarreta a nulidade absoluta da decisão, em razão da influência que exerce sobre os jurados, em nítida ofensa aos princípios da imparcialidade e o da motivação das decisões.
- III. Na segunda fase do rito processual, acusação e defesa poderão arrolar até cinco testemunhas para cada fato narrado na denúncia, segundo corrente doutrinária e jurisprudencial, que poderão ser ouvidas em caráter de imprescindibilidade, a teor do artigo 455 do Código de Processo Penal.
- IV. O artigo 408, §1º, do Código de Processo Penal, trata da “sentença de pronúncia”.



Porém, tal decisão é de natureza interlocutória mista não terminativa.

V. Ocorre a chamada “dúvida aritmética”, quando o resultado da votação é quatro votos a três, condenando o réu por maioria simples de votos. Neste caso, há apenas 57,14% de convencimento.

Está (ão) **INCORRETA** (s):

- a) Somente a proposição I está incorreta.
- b) Somente a proposição III está incorreta.
- c) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- e) Somente as proposições I e V estão incorretas.

2ª Questão: Assinale a alternativa correta:

I. No direito penal brasileiro, há apenas um caso de ação penal de iniciativa privada personalíssima.

II. A ação penal no crime de assédio sexual é, em regra, de iniciativa privada.

III. O aditamento próprio pessoal da denúncia consiste, por exemplo, na inclusão de co-réu.

IV. O juiz competente para processar a prática de crime de roubo contra o Banco do Brasil é da Justiça Comum Estadual, enquanto o da Empresa de Correios e Telégrafos é da Justiça Comum Federal.

V. A competência de foro é territorial e, portanto, relativa, o que autoriza o juiz a reconhecê-la de ofício.

Estão **corretas**:

- a) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II e III estão corretas.



3ª Questão: Da decisão que, como medida cautelar, decretar a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou indeferir o requerimento do Ministério Público, é correto afirmar:

- I. Caberá recurso, no sentido estrito, sem efeito suspensivo.
- II. Caberá recurso, no sentido estrito, sem efeito suspensivo, sendo, porém, intempestivo se interposto antes da publicação da decisão, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- III. Caberá recurso, no sentido estrito, com efeito suspensivo.
- IV. Caberá recurso de apelação (supletiva), sem efeito suspensivo (artigo 593, inciso II, do Código de Processo Penal).
- V. Caberá recurso de apelação (supletiva), com efeito suspensivo (artigo 593, inciso II, do Código de Processo Penal).

Está (ão) **correta (s)**:

- a) Somente a proposição IV está correta.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente a proposição V está correta.
- e) Somente a proposição III está correta.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC – Edital 16/06 – CJS

4ª Questão: João é denunciado e absolvido da suposta prática do crime de furto qualificado. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para o Ministério Público recorrer, começa a fluir a partir da:

- I. Data em que o processo der entrada no protocolo administrativo do órgão.
- II. Quando apor o ciente nos autos.
- III. Publicação da sentença condenatória no Diário de Justiça.
- IV. Intimação pessoal em gabinete.
- V. Quando o escrivão anotar a vista dos autos no livro carga.



Está **correta**:

- a) Somente a proposição II está correta.
- b) Somente a proposição III está correta.
- c) Somente a proposição V está correta.
- d) Somente a proposição I está correta.
- e) Somente a proposição IV está correta.

5ª Questão: É correto afirmar:

- I. A polícia não poderá ingressar na residência de um casal quando um dos cônjuges discordar.
- II. Segundo entendimento jurisprudencial, somente é cabível mandado de segurança com o fim de trancar ação penal ou investigação criminal na qual figure como acusada ou indiciada pessoa jurídica.
- III. O artigo 158 do Código de Processo Penal exige exame de corpo de delito nas infrações que deixam vestígios, o que significa dizer que adotou o sistema da prova tarifada.
- IV. No Juizado Especial Criminal, o réu é interrogado depois da oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.
- V. A fiança poderá ser prestada em qualquer termo do processo, enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.

Estão **corretas**:

- a) As proposições II, III e V estão incorretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) As proposições III e V estão incorretas.
- d) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.



6ª Questão: É correto afirmar:

- I. Nos crimes ambientais, é vedado o oferecimento de denúncia genérica que narra conduta, em tese, criminosa, quando o suposto autor do fato integra apenas o contrato social, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- II. A competência para processar e julgar a prática de crime ambiental é, em regra, da Justiça Estadual.
- III. No caso de crime ambiental, a competência da Justiça Estadual é fixada quando o interesse da União se manifestar de forma genérica no caso penal.
- IV. Sem prova de que a floresta desmatada é de preservação permanente, não há crime ambiental.
- V. A Justiça Federal é competente para processar e julgar crime ambiental no caso de abatimento de um tatu-carreta, espécie ameaçada de extinção, porque atrai interesse direto e específico de autarquia federal.

Estão **corretas**:

- a) As proposições I e V estão incorretas.
- b) Somente a proposição I, III e V estão incorretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC – Edital 16/06 – CJS

7ª Questão: A conduta do réu que intercepta uma ligação telefônica, sem ordem judicial, com o fim de demonstrar sua inocência no processo criminal é amparada pelo Direito? Considerando que a Constituição da República proíbe as provas obtidas por meios ilícitos, é correto afirmar:

- I. O réu praticou o fato em estado de necessidade justificante.
- II. O réu praticou o fato em legítima defesa.



III. O réu praticou o fato em estrito cumprimento de dever legal.

IV. O réu praticou o fato no exercício regular de direito.

V. O réu praticou o crime de interceptação telefônica.

Está **correta**:

a) Somente a proposição IV está correta.

b) Somente a proposição II está correta.

c) Somente a proposição V está correta.

d) Somente a proposição III está correta.

e) Somente a proposição I está correta.

8ª Questão: A revisão criminal pode produzir os seguintes efeitos:

I. Alterar a classificação da infração penal.

II. Absolver o réu.

III. Modificar a pena.

IV. Anular o processo.

V. Proibir a *reformatio in pejus*.

Está (ão) **correta (s)**:

a) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.

b) Todas as proposições estão corretas.

c) Somente a proposição I está incorreta.

d) Somente as proposições II, III e V estão corretas.

e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08
A	D	C	D	B	D	E	B

Prova – Junho de 2008



1ª Questão: Quanto à Carta Rogatória, é **correto** afirmar-se:

- a) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição desde o recebimento da denúncia.
- b) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até seu cumprimento.
- c) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado por edital, sem suspensão do curso do prazo de prescrição.
- d) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, não se suspendendo o curso do prazo de prescrição.
- e) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado por edital, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição desde a sua publicação.

2ª Questão: À luz da Lei n.º 9.271, de 17/04/96, que versa sobre a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, assinale, dentre as alternativas, a **correta**:

- a) Por fato criminoso ocorrido antes da sua vigência, somente tem aplicação aos réus soltos.
- b) Traz em seu bojo normas de natureza exclusivamente material.
- c) Por fato criminoso ocorrido antes da sua vigência, somente tem aplicação aos réus citados pessoalmente.
- d) Quanto à suspensão do processo, por fato criminoso ocorrido antes da sua vigência, não tem aplicação imediata.
- e) Quanto à prescrição, por fato criminoso ocorrido antes da sua vigência, não tem aplicação por maléfica ao réu.

3ª Questão: Indique a alternativa **INCORRETA**:



- a) Vindo o réu a ser condenado, o dinheiro ou objetos dados como fiança ficarão sujeitos ao pagamento das custas, da indenização do dano (Código de Processo Penal, art. 63) e da multa.
- b) Sempre que o juiz concluir a instrução fora do prazo, consignará nos autos os motivos da demora.
- c) Nos processos por crime a que não for, ainda que alternativamente, cominada pena de reclusão, o máximo das testemunhas arroladas é de 8 (oito).
- d) No processo comum, o juiz, ao receber a queixa ou denúncia, designará dia e hora para o interrogatório, ordenando a citação do réu e a notificação do Ministério Público e, se for o caso, do querelante ou do assistente.
- e) O processo não prosseguirá até que o réu seja intimado da sentença de pronúncia.

4ª Questão: Conforme a Lei n.º 11.343, de 23/08/06 (atual Lei de Tóxicos), assinale a alternativa **correta**:

- a) Oferecida a denúncia, com rol de até 3 (três) testemunhas, é ela prontamente recebida com a designação de dia e hora para o interrogatório respectivo, com a citação do acusado.
- b) Oferecida a denúncia, como rol de até 3 (três) testemunhas, é designado dia e hora para o interrogatório do acusado, seguindo-se com o seu recebimento ou não.
- c) Oferecida a denúncia, com rol de até 8 (oito) testemunhas, é designado dia e hora para o interrogatório respectivo, com a citação do réu.
- d) Oferecida a denúncia, com rol de até 8 (oito) testemunhas, é ela prontamente recebida, com a notificação do acusado para o interrogatório respectivo.
- e) Oferecida a denúncia com rol de até 5 (cinco) testemunhas, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez).

5ª Questão: Quanto à audiência de instrução e julgamento no procedimento da Lei de Tóxicos, assinale a alternativa **correta**:



- a) O acusado é interrogado, seguindo-se com a ouvida das testemunhas de acusação, com a designação de nova data para a oitiva das testemunhas de defesa.
- b) O acusado é interrogado, seguindo-se com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, com a oferta das alegações, via memoriais, no prazo de 10 (dez) dias, sucessivamente.
- c) O acusado é interrogado, seguindo-se com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, com a oferta das alegações, via memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias, sucessivamente.
- d) O acusado não é interrogado, mas são somente ouvidas as testemunhas de acusação e defesa, dando-se, após, a palavra sucessivamente ao representante do Ministério Público e ao defensor do acusado, para suas razões.
- e) O acusado é interrogado, seguindo-se com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, dando-se, após, a palavra, sucessivamente, ao representante do Ministério Público e ao defensor do acusado, para suas razões.

6ª Questão: Conforme a Lei Maria da Penha:

- a) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, não é cabível a decretação da prisão preventiva, considerando que os crimes são punidos com pena de detenção.
- b) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, apenas será admitida a decretação da preventiva se o caso versar sobre crime de homicídio.
- c) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, será admitida a decretação da prisão preventiva.
- d) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, somente será admitida a decretação da prisão preventiva se houver a aproximação do agente em



relação àquela.

e) Todas as alternativas estão incorretas.

7ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Deixando o assistente de comparecer a qualquer ato do processo, regularmente intimado para tanto, o processo prosseguirá mediante nova intimação.
- b) A autoridade policial somente poderá conceder fiança quando a pena máxima for igual ou inferior a um ano.
- c) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, ainda que indicado por ocasião do interrogatório.
- d) Independe de mandado a busca domiciliar quando for realizada pela própria autoridade policial ou judiciária.
- e) Quanto à instrução do processo crime, expedida precatória e vencido o prazo para seu cumprimento, relativamente à testemunha de defesa, ainda que não devolvida, o processo poderá ser sentenciado, com sua juntada a todo tempo.

8ª Questão: Assinale a alternativa **correta**, quanto ao procedimento no Juizado Especial:

- a) Recebida a denúncia ou a queixa e designado dia e hora para audiência, em cuja oportunidade é dada a palavra ao defensor para responder à acusação, segue-se com a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.
- b) Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; recebida, são ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.
- c) Aberta a audiência, será o acusado, já que notificado, prontamente interrogado, após o que o juiz receberá, ou não a denúncia ou queixa, dando-se a palavra para o defensor



responder à acusação. Recebida, são ouvidas as testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação de sentença.

d) Recebida a denúncia ou a queixa é designado dia e hora para o interrogatório do acusado, oportunizando-se prazo para defesa prévia, com a designação de audiência de instrução e julgamento, ouvindo-se as testemunhas de acusação e defesa, passando-se à prolação de sentença.

e) Aberta a audiência, a denúncia ou queixa é recebida, seguindo-se com o interrogatório do acusado e defesa prévia oral, passando-se à oitiva das testemunhas de acusação e defesa, com alegações, via memoriais, e após sentença.

9ª Questão: Considerando a Lei n.º 11.313, de 28.06.2006, que alterou os arts. 60 e 61 da Lei n.º 9.099/95, quando do ato de recebimento da denúncia ofertada perante o juízo comum, é **correto** afirmar-se que na reunião de processos, perante o juízo comum ou tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência:

- a) Os institutos da transação penal e da composição civil serão analisados apenas perante o juizado, com a remessa da documentação pertinente.
- b) Haverá a cisão do processo, na forma do art. 80 do Código de Processo Penal.
- c) Observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- d) Observar-se-á apenas o instituto da suspensão condicional do processo.
- e) Não serão observados os institutos da transação penal e da composição civil.

10ª Questão: Quanto à Lei Maria da Penha, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.



II. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

III. Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, não é vedada a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

IV. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata a lei, será admitida a renúncia à representação por mera petição nos autos.

V. Não é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de prestação pecuniária, inclusive podendo haver a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

a) Somente as proposições I e II estão corretas.

b) Somente a proposição III está correta.

c) Somente a proposição V está correta.

d) Somente a proposição IV está correta.

e) Todas as proposições estão incorretas.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	E	C	E	E	C	E	B	C	A

Prova de 2009

01. Assinale a alternativa **correta**:

- I. A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, vigendo em regra o princípio da irretroatividade, salvo quando a norma processual penal material tiver conteúdo de direito penal, retroagindo em benefício do acusado.
- II. A lei processual penal não admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- III. O princípio do devido processo legal consiste no direito de não ser privado da liberdade e de seus bens, sem a garantia que supõe a tramitação de um processo desenvolvido na forma que estabelece a lei.
- IV. O princípio do juiz natural pressupõe a existência de um órgão julgador



técnico e isento, com competência estabelecida na própria Constituição e nas leis de organização judiciária de modo a impedir que ocorra julgamento arbitrário ou de exceção.

V. As provas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais são inadmissíveis; também o são as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras ilícitas.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

02. Assinale a alternativa **correta**:

I. As infrações de menor potencial ofensivo e as contravenções penais são de competência dos Juizados Especiais Criminais, exceto quando perpetradas em detrimento de bens, serviços e interesse da União, caso em que a competência será da Justiça Federal.

II. Em regra a competência será determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou no caso de tentativa, no lugar onde se iniciou a execução; quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

III. Quando a ação penal tiver por objeto crime cuja sanção máxima seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade, adotar-se-á o procedimento sumário, cuja audiência de instrução deve ser realizada no prazo máximo de 30 dias, podendo ser inquiridas até cinco testemunhas arroladas pela acusação e cinco pela defesa.

IV. O interrogatório do réu preso será realizado, em sala própria, no estabelecimento em que estiver recolhido, desde que estejam garantidas a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares da justiça, bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

03. Assinale a alternativa **correta**:

a) O princípio da persuasão racional é aquele pelo qual o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos



elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

- b) No sistema acusatório pátrio vigente, o magistrado que deferiu a produção de prova pré- processual está impedido de processar e julgar eventual ação penal dela decorrente, pois fica comprometida a imparcialidade do julgador.
- c) O sequestro é medida assecuratória que pode recair sobre os bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, salvo se tenham sido transferidos a terceiros de boa-fé.
- d) As alegações finais são peças obrigatórias e sua falta causa nulidade por ausência de defesa; já a defesa prévia é peça facultativa da defesa e sua falta não gera nulidade.
- e) Arguida em defesa prévia questão prejudicial homogênea facultativa, ficará suspenso o processo até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença transitada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição de testemunhas e outras provas de natureza urgente.

04. Assinale a alternativa **correta**:

- I. A prisão preventiva é medida de exceção que visa garantir o regular andamento do processo e somente pode ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.
 - II. Dentre as prisões cautelares, a prisão temporária pode ser deferida caso haja imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial, quando houver elementos obtidos por prova lícita de que seja autor ou partícipe dos crimes previstos no art. 1º, inciso III, da Lei 7.960/89, por cinco dias, prorrogável uma vez, por igual período.
 - III. Quando se tratar de apuração de crime hediondo ou a ele equiparado, a prisão temporária pode ser decretada por no máximo 15 dias, prorrogável por mais 15 dias.
 - IV. O clamor popular está expresso na legislação vigente como um dos motivos autorizadores da prisão preventiva como garantia da ordem pública.
 - V. A gravidade abstrata do delito é elemento inerente ao tipo penal e não pode, por si só, servir de fundamento para a decretação de prisão preventiva.
- a) Somente as proposições III e IV estão corretas
 - b) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
 - c) Somente as proposições II e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições II e III estão corretas.

05. Assinale a alternativa **correta**:

- I. O Tribunal do Júri é composto por um juiz togado, que é seu presidente, e por 21 jurados que serão sorteados dentre os alistados, sete dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.



- II. Em razão da função que exercem, aplica-se aos jurados o disposto sobre os impedimentos, a suspeição e as incompatibilidades dos juízes togados.
 - III. Durante os debates do Tribunal do Júri as partes não poderão fazer referências a decisão de pronúncia ou decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, sob pena de nulidade.
 - IV. O desaforamento é a decisão judicial que altera a competência fixada pelos critérios do art. 69 do Código de Processo Penal, com aplicação estrita ao procedimento do Tribunal do Júri, cabível se o interesse da ordem pública o reclamar, se houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança pessoal do acusado. Poderá, ainda, ser determinado o desaforamento se, em razão do comprovado excesso de serviço, o julgamento não puder ser realizado no prazo de seis meses contados do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
 - V. Nos processos de competência do tribunal do júri, havendo dois ou mais réus não podem as defesas exercer a recusa de três jurados injustificadamente, caso não seja obtido o número mínimo para compor o Conselho de Sentença.
- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Todas as proposições estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

06. Conforme entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **correta**:

- a) A pronúncia não supera a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo.
- b) A incompetência relativa pode ser declarada de ofício.
- c) O foro competente para processar e julgar o crime de estelionato mediante emissão de cheques sem fundos é o da emissão do título.
- d) O conhecimento do recurso de apelação do réu depende da sua prisão.
- e) Não subsiste qualquer efeito condenatório, uma vez extinta a punibilidade pela concessão do perdão judicial.

07. Conforme o Código de Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O juiz não depende necessariamente da instrução do processo para absolver o acusado.
- b) Nos crimes punidos com reclusão a concessão de fiança depende da pena mínima cominada.
- c) Nos processos de competência do Tribunal do Júri, contra a sentença de impronúncia e absolvição sumária caberá apelação.
- d) O militar será citado por mandado a ser cumprido pelo oficial de justiça.
- e) O juiz poderá ouvir outras testemunhas além daquelas arroladas pelas



partes.

08. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Depende da aceitação do querelado a extinção da punibilidade pelo perdão do ofendido.
 - b) No julgamento das apelações o Tribunal poderá proceder a novo interrogatório do acusado.
 - c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.
 - d) Não pode ser incluído na lista geral de jurados aquele que tiver integrado o Conselho de Sentença nos últimos 12 meses antecedentes à publicação daquela.
 - e) No primeiro grau a carta testemunhável será requerida ao escrivão.
09. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Nos crimes de ação penal pública condicionada o inquérito policial só poderá ser iniciado com representação.
 - b) É de cinco dias o prazo para embargos de declaração, inclusive no Juizado Especial Criminal.
 - c) O mesmo Conselho de Sentença poderá conhecer de mais de um processo no mesmo dia.
 - d) A confissão não supre a falta de exame de corpo de delito nas infrações que deixem vestígios.
 - e) Os juízes têm competência para expedição de ordem de *habeas corpus* de ofício.
10. Assinale a alternativa **correta**:
- a) O Tribunal anulará o processo quando a sentença do juiz-presidente do Tribunal do Júri divergir das respostas dos jurados.
 - b) O prazo para apelação é de 15 dias.
 - c) A busca pessoal sempre dependerá de mandado.
 - d) Não impede a ação civil sentença de absolvição que decidir não constituir crime o fato imputado.
 - e) Em nenhuma hipótese o juiz permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais.
11. Assinale a alternativa **correta**:
- a) Enfrenta apelação a decisão do juiz que conceder ou negar a ordem de *habeas corpus*.
 - b) Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado em qualquer hipótese.
 - c) Recebida a denúncia, o Ministério Público não poderá suprir omissões de que ela padeça.
 - d) O acusado será sempre intimado pessoalmente da pronúncia.
 - e) Não se adia julgamento do Tribunal do Júri quando certificado pelo oficial de justiça não ter sido a testemunha encontrada no local indicado para intimação.



01	02	03	04	05	06	07	08	09
D	B	A	C	C	E	D	C	B
10	11							
D	E							

PROVA 2010

46ª Questão: No procedimento dos crimes da competência do Júri, indique como deve proceder o juiz quando alegada, na fase intermediária, a legítima defesa não acolhida, e demonstrada, inequivocamente, a inimputabilidade do réu:

- a) Absolver.
- b) Impronunciar.
- c) Pronunciar.
- d) Absolver, com aplicação de medida de segurança.
- e) Suspender o processo.

47ª Questão: A representação é retratável desde que manifestada

- a) antes do oferecimento da denúncia.
- b) antes do recebimento da denúncia.
- c) antes da primeira manifestação da defesa.
- d) antes da sentença.
- e) antes da ouvida das testemunhas.

48ª Questão: Encerrada a instrução criminal e surgindo das provas amealhadas nova definição jurídica do fato imputado, haverá necessidade de:

- a) Ser ouvida a defesa se a nova situação for menos gravosa.
- b) Aditamento se a nova situação for mais gravosa.



- c) Aditamento em qualquer situação.
- d) Nenhuma providência, se a nova situação for mais benéfica.
- e) Reinquirição de testemunhas.

49ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. No julgamento pelo Tribunal do Júri é indispensável a presença do réu, salvo quando ele estiver em lugar incerto e não sabido.
- II. Arquivado o inquérito policial a requerimento do Ministério Público, da decisão caberá recurso em sentido estrito.
- III. No julgamento pelo Tribunal do Júri poderão os jurados perquirir por intermédio do Juiz- Presidente.
- IV. No crime de estupro, sendo a vítima maior de 18 anos, a ação penal será pública condicionada.
- V. No julgamento pelo Tribunal do Júri a concessão de aparte constitui faculdade do aparteado.

- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e V estão corretas.
- d) Somente as proposições III e V estão corretas.
- e) Somente as proposições III , IV e V estão corretas

50ª Questão: No âmbito do sistema dos Juizados Especiais, regramentos específicos devem ser observados. Indique, tendo em conta as proposições, a alternativa **correta**:

- I. Na audiência preliminar, presentes as partes envolvidas devidamente representadas por seus respectivos advogados, poderá haver a composição dos danos, circunstância que, independentemente da qualidade da infração penal em tese cometida, levará à homologação judicial com a conseqüente renúncia ao direito de queixa ou representação.



II. Ao Ministério Público é facultado oferecer proposta de transação penal, desde que legitimado para tanto, devendo observar, todavia, a eventual inexistência de condenação criminal anterior, de concessão do mesmo benefício no quinquênio anterior e, além disso, as circunstâncias pessoais do pretense infrator, bem como aquelas relacionadas ao caso concreto.

III. O oferecimento de denúncia pelo Ministério Público ocorrerá oralmente na audiência preliminar, devendo a proposição de suspensão condicional do processo acontecer somente após a apresentação da defesa preliminar, já na audiência de instrução e julgamento.

IV. O juiz ao prolatar a sentença condenatória aplicará a pena privilegiando a imposição de pena diversa da privativa de liberdade.

- a) Somente a proposição I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Somente a proposição I e III estão corretas.

51ª Questão: Sendo o acusado citado por edital na forma do Código de Processo Penal, não comparecendo e nem constituindo advogado:

- a) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com a produção de todas as provas, de forma antecipada, com a presença do Ministério Público e do defensor dativo imediatamente nomeado.
- b) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção das provas consideradas urgentes, assim reconhecidas, e, se for o caso, decretar a sua prisão preventiva, na forma do Código de Processo Penal.
- c) Ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com o decreto de prisão preventiva do réu, na forma do Código de Processo Penal.
- d) O juiz decreta a revelia do acusado e nomeia-lhe prontamente defensor dativo para apresentar resposta, por escrito, em dez dias, com a designação de audiência de



instrução e julgamento, determinando a intimação das testemunhas arroladas pelas partes para regular ouvida.

e) A suspensão é automática e não necessita de pronunciamento judicial.

52ª Questão: Quanto ao procedimento sumário

I. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Código de Processo Penal, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado e procedendo-se, finalmente, aos debates.

II. Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, seguindo-se à tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, em número de seis, respectivamente, nesta ordem, ressalvado o disposto no Código de Processo Penal, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, com alegações via memoriais.

III. Na instrução, poderão ser inquiridas até cinco testemunhas arroladas pela acusação e cinco pela defesa.

IV. As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença.

V. As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 10 (dez) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco), proferindo o juiz, a seguir, sentença.

a) Somente as proposições I e V estão corretas.

b) Somente as proposições I e III estão corretas.



- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.

53ª Questão: Quanto à prisão em flagrante:

I. É flagrante apenas quem é apanhado cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la.

II. Está em estado de flagrante delito quem está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la; é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

III. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou a pessoa por ele indicada.

IV. Quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções, constarão do auto a narração deste fato, a voz de prisão, as declarações que fizer o preso e os depoimentos das testemunhas, sendo tudo assinado pela autoridade, pelo preso e pelas testemunhas e remetido imediatamente ao juiz a quem couber tomar conhecimento do fato delituoso, se não o for a autoridade que houver presidido o auto.

V. Nas infrações permanentes, entende-se em estado de flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II e V estão corretas.

54ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:



I. O interrogatório do réu preso será realizado em sala própria, no estabelecimento em que estiver recolhido, desde que estejam garantidas a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.

II. Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício, ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender as finalidades descritas na lei.

III. O abandono do defensor em relação ao processo será comunicado à Ordem dos Advogados do Brasil, com incidência de multa de 10 (dez) a 50 (cinquenta) salários mínimos.

IV. O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

V. As perguntas das partes serão requeridas ao juiz, que as formulará à testemunha. O juiz não poderá recusar as perguntas da parte, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem em repetição de outra já respondida.

- a) Somente as proposições III e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II, III e V estão corretas.

55ª Questão: No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar (Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha), a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I. Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério



Público e ao Poder Judiciário.

II. Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.

III. Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.

IV. Se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.

V. Informar à ofendida os direitos a ela conferidos na Lei Maria da Penha e os serviços disponíveis.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- d) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

46	47	48	49	50	51	52	53	54	55
C	A	C	A	B	B	C	Anulada	C	Anulada

PROVA DE 2013

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46ª Questão: Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Na sentença envolvendo réu primário, o juiz, após desclassificar a infração penal para outra

considerada como de menor potencial ofensivo, aplicará de imediato a pena correspondente desde que estejam descritas na denúncia as elementares do crime resultante da desclassificação.

II. Encerrada a instrução probatória, o juiz, se entender cabível nova definição jurídica para o fato, deverá determinar o envio dos autos ao Ministério Público para aditamento da denúncia, com posterior remessa ao Procurador-Geral de Justiça se isso não ocorrer. Todavia, mantida pelo Procurador-Geral a capitulação inicial, o juiz, na sentença, verificando que há prova da materialidade e da autoria, bem como que não estão presentes causas de exclusão da antijuridicidade e da culpabilidade, estará obrigado a condenar o réu pelo crime



atribuído na denúncia.

III. É requisito obrigatório da sentença a fixação do valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, independente de requerimento expresso na denúncia.

IV. Aditada a denúncia, o juiz desde logo a receberá se estiverem presentes os requisitos legais, determinando, na sequência, a continuidade da audiência de instrução e julgamento.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

47ª Questão: Sobre o procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) No Tribunal do Júri, a falta de consenso entre os defensores dos réus quanto aos jurados sorteados é motivo que por si só provoca a cisão da ação penal e do julgamento em plenário.
- b) Concluída a instrução processual na fase do sumário da culpa, o juiz, após decretar a absolvição sumária do acusado quanto ao crime doloso contra a vida, seguirá no julgamento para decidir sobre o crime conexo.
- c) O juiz presidente é obrigado a submeter à votação dos jurados todos os quesitos que constam na série e que foram formulados de acordo com as teses apresentadas pela acusação e pela defesa, não podendo declarar qualquer deles como prejudicado.
- d) Durante o julgamento não é permitida a leitura de obras jurídicas se a parte contrária não tiver conhecimento sobre seu conteúdo com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
- e) Na sessão de julgamento do Tribunal do Júri é possível, após os debates, a reinquirição de testemunhas já ouvidas em plenário.

48ª Questão: Sobre prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

I. O juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, poderá, sem a ouvida do Ministério Público, conceder liberdade provisória sem fiança ao agente preso em flagrante delito.

II. Na fixação das medidas cautelares alternativas à prisão o juiz deverá escolher apenas uma delas, não sendo possível a cumulação para se evitar bis in idem.

III. A prisão preventiva é cabível apenas nos crimes dolosos punidos com pena de reclusão máxima superior a 4 (quatro) anos. IV. A imposição de medida cautelar demanda a comprovação da necessidade e adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.



49ª Questão: De acordo com as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. Em se tratando de homicídio culposo derivado de acidente de trânsito, é competente o foro da Comarca em que ocorreu o infausto, ainda que o óbito tenha se dado em hospital situado em Comarca diversa.

II. No crime de estelionato consumado, é competente o foro da Comarca em que foram praticadas as manobras fraudulentas, sendo irrelevante, para a fixação da competência, o local em que a vantagem patrimonial indevida foi auferida pelo agente.

III. É julgado pela justiça comum o policial militar que, no exercício da função, pratica o crime de abuso de autoridade contra civil.

IV. Declinada a competência pelo juízo criminal federal, cumpre ao juízo criminal estadual declinado, discordando da decisão, suscitar, perante o Tribunal de Justiça, o respectivo conflito de competência.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

50ª Questão: Assinale a alternativa correta:

a) Oferecida denúncia para apuração de crime previsto na Lei Antidrogas, dispensa-se a notificação prévia do réu que esteja em local incerto e não sabido, podendo o juiz, desde logo, receber a denúncia e determinar a citação por edital.

b) A prisão temporária prevista na Lei n. 7.960/89 pode ser decretada quando imprescindível para as investigações do inquérito policial e desde que o indiciado não tenha residência fixa ou não forneça elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

c) O oferecimento de representação pela vítima é condição de procedibilidade da ação penal para apuração de crime de abuso de autoridade.

d) Compete ao Tribunal de Justiça o processamento e o julgamento de habeas corpus impetrado contra ato de juiz de direito do Juizado Especial Criminal.

e) A representação de interceptação de comunicação telefônica formulada pela autoridade policial deve ser apresentada, obrigatoriamente, por escrito.

51ª Questão: Sobre a Lei de Execuções Penais, assinale a alternativa correta:

I. O Regime Disciplinar Diferenciado – RDD aplica-se aos presos provisórios e aos condenados, exigindo, a inserção, decisão fundamentada do juiz da execução.

II. Livramento condicional, permissão de saída, remição e progressão de regime, dentre outros, são considerados como incidentes de execução.

III. Compete ao juiz da execução decidir, dentre outros, sobre permissões de saída, progressão ou regressão de regimes, detração e remição, livramento condicional.

IV. A revogação do livramento condicional não acarreta a perda dos dias remidos.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.



e) Todas as proposições estão corretas.

52ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) O cumprimento de ordem de busca e apreensão domiciliar, por implicar no afastamento de garantia fundamental, demanda, obrigatoriamente, a apresentação do correspondente mandado no local da diligência.
- b) A vítima poderá, desde o curso do inquérito policial, requerer sua habilitação como assistente de acusação.
- c) A condução coercitiva é medida que se aplica apenas às testemunhas, não podendo o juiz assim determinar em relação ao acusado.
- d) Não podem servir como testemunha os doentes e deficientes mentais e os menores de 14 (quatorze) anos.
- e) Caberá recurso em sentido estrito, a ser manejado no prazo de 20 (vinte) dias, da decisão que incluir ou excluir jurado na lista geral, contados da data de sua publicação definitiva.

53ª Questão: De acordo com as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. Em se tratando de funcionário público denunciado, com base em inquérito policial, pela prática de crime de desobediência, é obrigatória, antes do recebimento da denúncia, a notificação prévia para apresentação de resposta por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias.
 - II. Na parte que trata das medidas assecuratórias, o Código de Processo Penal admite o sequestro de bens móveis.
 - III. Instaurado o incidente de insanidade mental, e concluído pelos peritos que a doença mental sobreveio à infração penal, a ação penal deverá prosseguir com a presença de curador nomeado.
 - IV. Compete ao juízo da execução processar o requerimento de reabilitação do condenado.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

54ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) O civilmente identificado não será, em hipótese alguma, submetido à identificação criminal.
- b) No âmbito do juizado de violência doméstica, requisito único para a concessão de medidas protetivas de urgência em favor da vítima é a apresentação de requerimento por ela subscrito.
- c) Concluído o inquérito policial, a autoridade que o presidiu poderá encaminhar ao juízo, até 3 (três) dias antes da audiência de instrução e julgamento, o resultado das diligências complementares que realizou.
- d) Em se tratando de sentença condenatória proferida no âmbito do Juizado Especial Criminal, o recurso de apelação deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias e suas



razões no prazo de 5 (cinco) dias.

e) Compete ao juízo da fazenda pública processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato de delegado de polícia civil que, no curso de inquérito policial, promove a busca e a apreensão de veículo automotor.

55ª Questão: De acordo com as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime impede a propositura da ação cível.

II. A existência de dois inquéritos policiais versando sobre o mesmo fato criminoso e tendo o mesmo indiciado não enseja litispendência.

III. Se o acusado, citado por edital ou por hora certa, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescrição, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312 do CPP.

IV. Denomina-se de juízo de prelibação a análise prévia sobre a admissibilidade de um recurso.

a) Somente as proposições I e II estão corretas.

b) Somente as proposições II e III estão corretas.

c) Somente as proposições II e IV estão corretas.

d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

GABARITO

46 E	47 E	48 A	49 Anulada	50 Anulada	51 C	52 E	53 Anulada	54 C	55 C
------	------	------	---------------	---------------	------	------	---------------	------	------

PROVA DE 2015

51. A lei no 11.340/06 cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. Neste sentido, possui dispositivos que excepcionam regras processuais previstas no Código de Processo Penal e nas leis extravagantes, penais e processuais. Portanto, nos termos da lei, é correto afirmar que

(A) Nos casos em que o agressor ingressar ou deixar a prisão, ou o advogado constituído ou a própria ofendida deverão ser notificados.

(B) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica.

(C) Nos casos em que for realizada a transação penal, o juiz poderá aplicar a pena restritiva de direitos sempre cumulada com o pagamento de multa reparatória.

(D) Mesmo que a pena aplicada na sentença pelo magistrado seja inferior a dois anos de prisão, não poderá ser concedida a suspensão da execução da pena (*sursis*).



(E) O juiz poderá decretar várias medidas protetivas de urgência, dentre elas a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, exigindo-se sempre para a decretação de tais medidas a manifestação prévia do Ministério Público.

52. Sobre as medidas cautelares pessoais, analise as seguintes assertivas:

I. Durante a investigação policial, havendo indícios suficientes de autoria e materialidade, o juiz, possuindo convicção de que o investigado poderá prejudicar a instrução criminal, poderá decretar a prisão preventiva de ofício, haja vista que o inquérito policial foi devidamente instaurado.

II. No curso de uma ação penal, um réu que respondeu ao processo em liberdade e possui residência fixa, e que nunca demonstrou qualquer sinal de que se furtaria à aplicação da lei penal, teve um pedido de prisão preventiva ofertado ao juiz pelo Ministério Público que especula sobre sua possível fuga, sem demonstração fática nos autos. Neste caso, diante da ausência de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, antes de decretar a medida, deverá intimar a parte contrária dando-lhe ciência do requerimento.

III. Após a elaboração de um auto de prisão em flagrante pelo crime de estelionato, diante da impossibilidade do delegado de polícia em arbitrar a fiança, o acusado (ou seu defensor) deve requerê-la diretamente ao juiz, que decidirá no prazo de 48 horas, independente mente de manifestação do Ministério Público.

IV. Se houver a possibilidade de arbitramento de fiança, que deverá variar entre 10 (dez) e 200 (duzentas) salários mínimos em crimes cuja pena máxima seja superior a 4 (quatro) anos, o juiz ainda assim poderá aumentar o valor, se a situação econômica do réu o recomendar, em até 1000 (mil) vezes. Contudo, para determinar o valor final, deverá se ter em consideração, dentre outros fatores, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I.

(C) II.

(D) II e III.

(E) III e IV.

53. Com relação aos processos de competência originária, nos termos da Lei no 8.038/90, analise as seguintes assertivas:

I. Apresentada a denúncia ou a queixa ao Tribunal, o acusado será notificado para oferecer resposta no prazo de quinze dias.

II. O recebimento, a rejeição da denúncia ou da queixa, ou a improcedência da acusação serão deliberados pelo Tribunal, permitida a sustentação oral de acusação e defesa, pelo prazo de quinze minutos.

III. Para o recebimento, a rejeição da denúncia ou da queixa, ou a improcedência da acusação o Tribunal poderá limitar a presença ao recinto apenas aos advogados, podendo impedir, inclusive, a presença das partes, se o interesse público exigir.



IV. As intimações poderão ser realizadas por carta registrada com aviso de recebimento, mas somente

por expressa determinação do relator.

V. Após as alegações escritas, o relator poderá determinar a realização de outras provas, apenas em caso de requerimento das partes, e se reputadas imprescindíveis ao julgamento.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, II, III e IV.

54. Segundo a Lei de Execução Penal, com relação às faltas disciplinares,

- (A) a prática de falta grave implicará a imediata perda do direito à saída temporária.
- (B) para que um comportamento seja tipificado como falta disciplinar independentemente da gravidade, em respeito ao princípio da legalidade estrita, deverá estar previsto na Lei no 7.210/84.
- (C) após a apuração de qualquer falta, poderá ser aplicado ao infrator o regime disciplinar diferenciado, a critério do magistrado, desde que este fundamente a decisão.
- (D) com base em decreto federal, o prazo para a reabilitação da conduta, a partir do cumprimento da sanção disciplinar, será de doze meses para faltas graves.
- (E) a autoridade administrativa, entendendo que é caso de isolamento preventivo, deverá requerer ao juiz a decretação da medida.

55. Com relação à sentença penal, é correto afirmar:

- (A) Conforme a redação do CPP, ao final da instrução, se o juiz perceber a possibilidade de nova classificação jurídica do fato em virtude de prova nos autos de circunstância ou elemento não contidos na acusação, não havendo aditamento por parte do Ministério Público, deverá cumprir o procedimento previsto no artigo 28 do CPP.
- (B) A intimação da sentença penal poderá ser feita tanto na pessoa do defensor quanto na do réu, caso este esteja solto, por expressa disposição do artigo 397, II, CPP, mas os Tribunais Superiores entendem que se a sentença penal for condenatória, ambos deverão ser intimados, e o prazo recursal começará a fluir da primeira intimação.
- (C) Em contrarrazões de apelação, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá propor o aditamento da denúncia no prazo de cinco dias. Se tal situação ocorrer, o Tribunal deverá intimar o réu para oferecer nova contrarrazões em igual prazo.
- (D) Com a reforma processual promovida pela Lei no 11.719/08, consagrou-se a identidade física do juiz no ordenamento processual penal brasileiro, e o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença (artigo 399, § 2º do CPP). O STJ tem confirmado a regra, e prestigiado o princípio, pacificando o entendimento de que diante da ausência de outras normas específicas que regulamentem a matéria, deve-se impedir qualquer tipo de mitigação ao dispositivo.



(E) Conforme a redação do CPP, um dos efeitos da sentença condenatória de primeiro grau é a imediata

expedição de mandado de prisão, salvo se o juiz permitir ao réu que apele em liberdade. Neste caso, deverá fundamentar sua decisão com base nas evidências dos autos.

56. Em processo que apura o delito de abandono material, (art. 244 do CP), em resposta à acusação, o réu alega não ser o pai do abandonado, pessoa menor de 18 anos. Neste caso, nos termos do Código de Processo Penal,

(A) a ação penal ficará suspensa, marcando o juiz prazo para a suspensão, que expirado, poderá ser prorrogado por no máximo mais uma vez, por igual período, para que se evite a ocorrência da prescrição.

(B) havendo ação penal de investigação de paternidade já proposta no juízo cível, por se tratar de questão de difícil solução, o juiz deverá suspender a ação penal por prazo indeterminado até que lá se resolva a questão, decisão esta irrecurável.

(C) havendo ação penal de investigação de paternidade já proposta no juízo cível, o juiz deverá suspender a ação penal imediatamente para preservar a coerência das decisões, não cabendo qualquer recurso da suspensão.

(D) mesmo sem a existência de ação civil proposta para a resolução da questão da paternidade, o juiz poderá suspender a ação penal e decidir primeiramente sobre tal questão, contudo o código de processo penal permite a realização das provas urgentes sempre que surgirem.

(E) a ação penal ficará suspensa e com ela o prazo prescricional, se o juiz reputar séria e fundada a questão da paternidade.

57. Com relação às nulidades e ao Tribunal do Júri, analise as seguintes assertivas:

I. Ao julgar apelação interposta pelo Ministério Público com fundamento no artigo 593, III, d, o Tribunal de Justiça submeteu o réu a novo Júri, cujos elementos probantes foram colhidos em audiência em que um falso advogado (sem curso de direito e não inscrito a Ordem dos Advogados do Brasil) atuara como defensor. Neste caso, há efetivo prejuízo causado à parte, conforme já decidiu o STF.

II. O excesso de linguagem reconhecido acarreta a anulação da decisão de pronúncia ou do acórdão que

incorreu no mencionado vício. Assim, conforme já decidiu o STF, deverá ser providenciado o desentranhamento e envelopamento da respectiva peça processual, para evitar que o jurado tenha acesso à tal peça processual.

III. A norma especial contida no art. 448 do Código de Processo Penal veda expressamente a participação de marido e mulher no mesmo conselho de sentença. Contudo, conforme já decidiu o STF, realizado o sorteio dos jurados na forma e com a antecedência exigidas pela legislação, eventual arguição de suspeição ou impedimento deve ser feita em Plenário, sob pena de preclusão.

IV. A jurisprudência do STF está assentada no sentido de que o pleito de desclassificação de crime, por se tratar de matéria exclusivamente de direito, pode ser pleiteada pela via do *habeas corpus* por não demandar aprofundado exame do conjunto fático probatório da causa, mas sim mera reavaliação.

V. O não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do



Tribunal do Júri, intimadas regularmente acusação e da defesa, gera nulidade absoluta, conforme já decidiu o STF.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III, IV e V.

58. Em matéria de Recurso Extraordinário e Recurso Especial, é correto afirmar:

- (A) Admitidos recurso especial e extraordinário, os autos serão remetidos tanto ao STJ quanto ao STF, simultaneamente.
- (B) Das decisões de segundo grau de juizados especiais admite-se recurso extraordinário, mas não especial.
- (C) Admite-se recurso especial das decisões proferidas pelo Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho, mas não do Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) Na hipótese de cabimento de embargos infringentes em Tribunal estadual não será cabível o recurso especial.
- (E) O recurso extraordinário poderá ser interposto pelo Ministério Público, pelo querelante, pelo réu, seu procurador ou seu defensor, mas não pelo assistente da acusação.

59. Após a condenação em primeira instância por um crime de competência federal, o réu de uma ação penal é diplomado como deputado federal. Posteriormente, quanto ao julgamento de sua apelação, interposta antes da diplomação, deverá ser julgada:

- (A) pelo Tribunal Regional Federal, se já estiver devidamente instruída com razões e contrarrazões.
- (B) normalmente pelo juiz federal da causa, em respeito ao princípio do juiz natural.
- (C) pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) normalmente pelo Tribunal Regional Federal.

60. A Lei no 12.850/13 define organização criminosa e dispõe sobre a respectiva investigação criminal os meios de obtenção de prova. Em situação definida pela lei como colaboração premiada, dentre todas as medidas previstas na lei, quanto ao líder da organização NÃO caberá a

- (A) concessão do perdão judicial.
- (B) exclusão do rol de denunciados.
- (C) redução da pena privativa de liberdade em até dois terços.
- (D) substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- (E) progressão de regime sem o preenchimento dos requisitos objetivos.

61. Sobre o Júri, analise as seguintes assertivas:

I. A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar todas as circunstâncias



do crime: qualificadoras, agravantes e atenuantes e causas de aumento e diminuição de pena.

II. Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado. Havendo prova nova, a acusação poderá requerer o desarquivamento dos autos para a respectiva juntada, após a qual o juiz receberá os autos conclusos para nova decisão sobre a pronúncia.

III. Se houver indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará o retorno dos autos ao Ministério Público, pelo prazo de 15 dias, observada, se for o caso, a hipótese de separação dos processos.

IV. O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.

V. A intimação da decisão de pronúncia ao acusado será somente pessoal.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II e III

62. Com relação ao exame de corpo de delito e às perícias em geral, analise as seguintes assertivas, nos termos do Código de Processo Penal:

I. Na falta de perito oficial, o exame poderá ser realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, mas não necessariamente na área técnica específica da natureza do exame.

II. O Ministério Público, o assistente de acusação, o ofendido, o querelante e o acusado poderão formular quesitos, mas somente o Ministério Público e o acusado poderão indicar assistente técnico.

III. A autópsia será feita sempre após seis horas do óbito, não prevendo a lei qualquer exceção.

IV. A exumação será realizada em dia e hora previamente agendados, e somente após autorização judicial.

V. As partes poderão requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 10 dias, podendo apresentar as respostas em laudo complementar.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e V.
- (E) II, III e V.

GABARITO



ESMESC

Escola Superior
da Magistratura
do Estado de
Santa Catarina

51 B	52 A	53 E	54 D	55 A	56 E	57 D	58 B	59 C	60 B
61 C	62 D								